

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.729.885 - SP (2015/0292896-0)**

RECORRENTE : PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A  
ADVOGADOS : LUIZ FERNANDO MAIA - SP067217  
ARISTIDES FRANCISCO DOS SANTOS JUNIOR -  
SP221817  
CELSO AUGUSTO LANDGRAF JUNIOR - SP209853  
RECORRIDO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADOR : ANA CECÍLIA CAVALCANTE NÓBREGA LOFRANO E  
OUTRO(S) - SP111245  
AGRAVANTE : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADOR : VALERIA MARTINEZ DA GAMA E OUTRO(S) - SP108094  
AGRAVADO : PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A  
ADVOGADO : LUIZ FERNANDO MAIA - SP067217

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pela PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO, que ao dar provimento ao recurso da ora recorrente, condenou o recorrido nas custas e honorários advocatícios, fixados em R\$ 7.000,00.

Neste recurso especial a recorrente aponta ofensa ao art. 20, §§ 3º e 4º do CPC/1973, bem assim, do art. 22, §2º da Lei 8.906/1994.

Sustenta, em síntese, que o valor de honorários fixados foi irrisório em relação ao proveito econômico obtido, pleiteando a majoração do valor.

Contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido no tocante ao ponto explicitado.

É o relatório.

O Tribunal a quo, ao fixar o valor de honorários declarou, *in verbis*:

...condenada a Fazenda embargada nas custas em reembolso e honorários de advogado, que fixo em sete mil reais, o que reputo adequado em face das circunstâncias do caso.

Evidente que para analisar a pretensão de majoração do recorrido, em confronto com os dispositivos legais apontados, seria necessário sindicarmos os mesmos elementos probatórios utilizados pelo julgador para chegar à conclusão encimada. Incidência da súmula 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ,

# *Superior Tribunal de Justiça*

não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator